

ENSAIO SOBRE O ESVAZIAMENTO POPULACIONAL NA REGIÃO DE
PRESIDENTE PRUDENTE.

José Barreira (*)

APRESENTAÇÃO

Orientados pelo Professor Doutor Marcos Alegre, propusemos ao CNPq um projeto de pesquisa (Categoria de a perfeiçoamento), sob o título de "UM ENSAIO SOBRE O ESVAZIAMENTO DA POPULAÇÃO NUMA ÁREA PIONEIRA - PRESIDENTE PRUDENTE' E REGIÃO", no qual o nosso propósito fora de retomar algumas conceituações já consagradas em torno do processo emigratorio verificado no período 1960-70.

No Extremo Oeste Paulista, onde o processo de esvazamento demográfico é praticamente uníssonos nos anos 60, está inserida a 10^a Região Administrativa de Presidente Prudente (REGIÃO PROGRAMA). Abrangendo uma área de 24.701 km², portanto superior à do Estado Nacional de ISRAEL (20.700 km²) ou Estado de Sergipe (21.994 km²) e com uma população total de 735.689 habitantes em 1960, das quais 36,0% nas áreas urbanas e uma densidade rural (igual à do Estado) de 19 hab/km². No período 1960-70, cerca de 238.632 habitantes deixaram a região de Presidente Prudente com destinos sempre orientados para as regiões metropolitanas.

Com estas notas pretendemos apenas comunicar os pontos salientes alcançados pelo nosso trabalho, como também estimular discussões e críticas que venham contribuir para

(*) Licenciado e Bacharel em Geografia pela UNESP (IPEA). Auxiliar de Planejamento da Coordenadoria de Ação Regional da Secretaria do Interior do Estado de São Paulo.

com o tema em questão.

NOTAS EXPLICATIVAS

Como os fatos históricos regionais têm sido quase que exaustivamente abordados por diversos estudiosos locais, cuja produção bibliográfica é bastante extensa, a nossa preocupação prendeu-se em apenas retomar, com certa ênfase, algumas perspectivas históricas objetivando interpretar os processos e o sentido da colonização e povoamento do espaço regional.

Propusemos uma itemização flexível de modo a propiciar uma abordagem essencialmente correlativa e dinâmica entre os fatos sociais, econômicos, políticos e os componentes demográficos; o quadro natural (relevo, vegetação e clima) sofreu uma abordagem menos acadêmica e mais aplicada quanto ao povoamento e colonização.

Procuramos retratar a ocupação do espaço, efetuado pelos elementos Indígenas, Mineiros, Estrangeiros e Nordestinos, sob a ótica do processo histórico.

A abordagem demográfica propriamente dita ficou assim constituída: Estrutura Etária, Distribuição, Movimento e População Ativa por setores Econômicos. Por fim, abordamos a Estrutura Fundiária e Aspectos Urbanos Regionais.

É fato que, em alguns tópicos, determinadas abordagens tornam-se exaustivas, enfáticas, porém com propósitos definidos de fixar as evidências ou nuances da relação causa-efeito.

Com boa dose de bom senso, os métodos quantitativos utilizados tiveram o objetivo de apenas medir determinados fenômenos. Ao cartografar as classes de Densidade Rural e Geral e ainda das Taxas de Urbanização, utilizamos a técnica LINKAGE TREE (dendrograma) com apenas 20% de perdas dos detalhes; quanto à Estrutura Fundiária optamos pela Curva de Lorenz para uma apreensão mais adequada do fenômeno da concentração dos estabelecimentos rurais. Ambos os métodos, pelas suas racionalidades, faziam-se necessários.

Procuramos, na medida do possível, fazer com que explicações viessem acompanhadas, de imediato, por ilustrações (gráficos - tabela) possibilitando, com isto, exposições mais didáticas.

Algumas teorizações presentes neste trabalho tiveram uma fundamentação na síntese dos fatos empíricos (econômico, social, políticos e demográfico) vivenciados na região em estudo.

Para tal, as pesquisas de campo, através de entrevistas livres (não sistemática) foram acompanhadas de intensas leituras e consultas à Bibliografia Regional, com real peso de preocupações sócio-econômicas.

Ainda quanto à bibliografia utilizada, gostaríamos de lembrar que a seleção desta deveu-se a sua fundamentação teórica direta ou indiretamente ligada ao tema em questão.

Em anexo, através de fotografias, tivemos como objetivo ilustrar alguns aspectos mais significativos da vida sócio-econômica regional e mesmo do quadro humanizado resultante da política econômica, financeira e tributária brasileira.

INTRODUÇÃO

Seria desnecessário discutir o grau de intensidade entre a pobreza urbana e rural. É elementar que nos grandes centros, por inerência da aglomeração, o grau de politização é maior e o resultado disto é uma solidariedade recíproca entre as diversas categorias do proletariado urbano diante de movimentos reivindicatórios o que, necessariamente, põe em evidência a pobreza urbana. Ora, o oposto verifica-se na zona rural, onde o baixo nível de escolarização ajusta-se muito bem ao paternalismo desempenhado pela "oligarquia" agrária.

Esta relação, devido a dependência econômica, debilitou ou mesmo dificultou quaisquer movimentos reivindicatórios mais significativos. Salvo raras exceções, pequenos e insignificantes grupos de maior conscientização têm-se constituído em grupos de pressão, mais por iniciativa e ação de

alguns dirigentes sindicais que pela própria massa trabalhadora.

A unidade, solidariedade e o grau de "consciência de classe" insignificantes no campo tornam menos aparente ou evidente a intensidade da pobreza entre os trabalhadores rurais.

Como observa GALBRAITH (1979, p. 124): "a migração é a atitude mais antiga contra a pobreza"; poder-se-á perceber ao longo do trabalho que o volume de emigrantes é preponderante entre a população agrícola.

O fenômeno do esvaziamento da população regional deveu-se, neste estudo de caso, muito mais em razão da estagnação generalizada no campo que propriamente de ordem tecnológica, uma vez que a mecanização fora relativamente pequena.

"Dans les trois dernières décades, s'est accentué l'accroissement des villes et des métropoles. Les populations rurales souvent chassées par des structures agraires inadéquates affluent vers les grands centres urbains. Ce phénomène de métropolisations a fait s'accroître dans les pays sud américains la différenciation sociale entre d'une part les zones rurales et urbaines et d'autre part les classes inférieures et les classes supérieures de la société des villes. A la différence de l'Europe en son époque d'industrialisation, le déroulement de l'urbanisation en Amérique Latine n'alla pas de pair avec un développement industriel correspondant et l'écart entre ces deux phénomènes s'est agrandi de plus en plus. L'exode rural n'est pas comme dans les pays industrialisés la conséquence d'un changement de système dans les modes d'exploitation (mécanisations) et d'une plus grande productivité. L'absorption des émigrants ruraux dans la main d'oeuvre industrielle ne put se réaliser pleinement et dès lors, les uns, heureux de trouver un emploi, se dirigèrent vers le secteur tertiaire de l'économie (commerce, administration, banques...) gonflé artificiellement, les autres durent se contenter de stagner dans les ceintures des grandes métropoles et ce fut la création de bidonvilles qui reçurent les noms suggestifs de "favelas" (sorte de "cour des miracles") au Brésil, "barriadas" au Pérou, "villas miseria" en Argentine, "callampas" (ou champignons) au Chili, "bar-

riadas brujas" (ou quartiers sorciers) à Panama". (MATTELART, 1964, p. 114).

O capitalismo assumido pela economia agrária regional teve no sistema de exploração da terra o palco onde ocorreram as mais profundas alterações, cujos resultados imediatos e mais pronunciados foram o avanço da pecuária extensiva melhorada e relativa concentração de terras.

Outra perspectiva que procuramos abordar, pois a consideramos altamente correlativa com o processo de despojoamento rural, refere-se às diferenças entre as Participações da População Economicamente Ativa (PEA) e a Renda Interna geradas pelos setores de atividades (Primário, Secundário e Terciário) da economia paulista. Conforme revela a Tabela nº 1, em 1970, no Estado de São Paulo, a disparidade entre a proporção da Renda Interna gerada pela PEA, no campo em relação àquelas auferidas pelos setores urbanos (secundários e terciários) contribuiu para acelerar o exôdo rural, uma vez que as atrações são sempre em direção aos setores mais dinâmicos, urbanos no caso.

TAB 1

PARTICIPAÇÕES DAS P.E.A. NOS SETORES E DAS SUAS RESPECTIVAS RENDAS INTERNAS ESTADO DE SÃO PAULO		
1970		
SETORES	P.E.A.	RENDA INTERNA (%)
Primário	20,4	4,7
Secundário (1)	31,4	48,2
Terciário (2)	48,2	47,1
Total	100,0	100,0

FONTE: Secretaria da Fazenda e Fundação Getúlio Vargas.

(1) Não inclui renda proveniente da extração de Petróleo.

(2) Não inclui renda de serviços públicos (geração de Energia Elétrica e Rendas Governamentais).

RESUMO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Como a nossa preocupação primeira era investigar alguns determinantes do êxodo da população regional, ficou-nos claro que muitos destes que aqui ocorreram repetem-se em outras regiões de mesmas características.

Algumas modalidades do capitalismo moderno instaladas já há algum tempo e com relativo progresso no campo, somadas ao processo gradual, porém precoce, da urbanização brasileira, principalmente no sudeste, em função da sua industrialização, contribuíam para atrair contingentes populacionais das áreas periféricas ou estagnadas (Extremo Oeste Paulista).

A "macrocefalia" decorrente do "papel dirigente" ou "imperialismo interno" exercido pelas metrópoles nacionais: (Rio de Janeiro e São Paulo) têm contribuído para com os desequilíbrios regionais. Os grandes centros não cessam de acumular capital e consequentes vantagens às extensas regiões ou áreas menos desenvolvidas do Estado de São Paulo, contribuindo para com o processo de esvaziamento populacional.

A região em estudo apresentou performances demográficas desalentadoras, principalmente para os setores reflexos que são os econômicos e sociais. No período de 1960 a 1970 a sua população ficou diminuída de perto de 230.000 almas, expressiva parcela da população ativa emigrou para os centros mais industrializados como Campinas, Jundiaí, Americana, Sorocaba, São Paulo e ABCD. O êxodo não se verificou somente nas zonas rurais, mas também nos centros urbanos pouco expressivos. A taxa média da população urbana regional passou de 19,0% em 1960 para 51,0% em 1970, contra o Estado de São Paulo que, em 1960 já possuía uma taxa de urbanização de 63,0% e em 1970 atingia 80,0%.

O colonato desaparecera; grande parte dos trabalhadores rurais assistiram a uma desorganização social e/ou perderam a regularidade de seus salários com as suas "transferências" para ambientes urbanos. Estes trabalhadores rurais (não proprietários) desraizados da terra continuaram sem apropriar os espaços físico e econômico no novo local de resi-

dência, uma vez que alugaram casas nas áreas urbanas, mas suas atividades permaneceram ligadas às atividades agrárias ("bóias-frias" ou volantes).

Em parte, o processo emigratório rural-urbano que alterou alguns componentes demográficos locais, mostra, sem dúvida, que a urbanização levou a uma relativa desorganização social das famílias migrantes, cujos resultados, embora não pudéssemos examinar mais detalhadamente no caso regional, foram as alterações quanto à fecundidade, natalidade e nupcialidade com reflexos no tamanho das famílias. Convém observar que o Censo de 1970 registrou uma média regional em torno de 5 pessoas por família; lembramos ainda que cerca de 59,9% das famílias eram compostas de 2 a 5 pessoas. Em termos de população emigrante, observou-se, em relação às faixas etárias, uma ligeira antecipação de elementos do sexo masculino.

Se por um lado a ferrovia fora a grande responsável pela expansão das frentes pioneiras no extremo-oeste paulista na medida que possibilitava a penetração e assentamento das populações que buscavam as novas áreas, de outro, a partir de 1960, o rodoviarismo, implantado para atender a indústria automobilística, acabou por consolidar o arcabouço da rede urbana iniciada pela ferrovia, a partir da capital paulista. O crescimento ou expansão urbana (verificada no macro-eixo Rio-São Paulo e São Paulo-Campinas, eixos estes em processos de metropolização em função dos setores industriais) ao mesmo tempo que exigia melhores condições de tráfego, consolidava os poderes de atração, uma vez que expunha ao contato duas áreas cujos estágios de desenvolvimento são diversos. Como os acessos a estes centros polarizadores são facilitados à maioria das populações, o êxodo tende a ser menos por etapas e mais diretamente. Se a ferrovia contribuiu para o povoamento do extremo-oeste, a rodovia vem facilitando o processo de esvaziamento populacional das antigas áreas pioneiras, contribuindo para o "inchamento" das grandes cidades, principalmente paulistas.

As concentrações de terras e aumentos das áreas de

pastagens têm sido os fatores que mais diretamente contri
buiram para acelerar os processos de urbanização (não só re
gional, mas estadual) e do êxodo rural extra-regional. As
áreas de pastagens vêm ocupando gradualmente as terras de
culturas alimentares comercial e de subsistência.

As políticas de créditos mais vantajosas para o se
tor pecuário que para o agrícola, somadas aos preços mínimos
estabelecidos e não garantidos e os altos índices de riscos
acabaram por contribuir para com a expansão do primeiro.

As sub-regiões mais fortemente agrícolas viram as
participações dos montantes dos créditos destinados à pecuã
ria aumentarem de forma expressiva em detrimento de outros
setores produtivos. A concentração de estabelecimentos ru
rais decorreu em grande parte de empobrecimentos de muitos
pequenos proprietários que se viram obrigados a se desfazer
de seus meios de produção e isto facilitou aos detentores de
recursos financeiros a aquisição destas propriedades.

Convém observar que a concentração de estabeleci
mentos faz-se para atender às necessidades de uma pecuária
extensiva ou para lavouras mecanizadas. Estas duas situações
são desfavoráveis à permanência do homem no campo, em espe
cial a primeira.

O crescente empobrecimento por que passam os muni
cípios vem criando dificuldades para que estes retenham as
populações excedentes ou marginais aos processos produtivos,
pois não dispõem de recursos financeiros para equipar os
seus centros urbanos de infra-estrutura econômica, principal
mente. A constituição de um "exército de reserva" regional
vem se tornando relativamente inexpressiva, pois a área apre
senta-se economicamente pouco dinâmica.

O bem estar sócio-econômico da população que compe
te ao município promover, em consequência da falta de recur
so tem decisivamente contribuído para com o êxodo populacio
nal. Os que se estagnaram mais rapidamente foram aqueles que
se mantiveram, em primeiro plano, isolados das rodovias esta
duais, e, em segundo, das ferrovias. Convém lembrar que a po
lítica tributária Brasileira tem produzido uma concentração

de verbas no âmbito do Governo Federal, empobrecendo com isto os Estados e Municípios.

As disparidades ou desequilíbrios setoriais (rural e urbano), que também implicam diferenças nos custos de vida, refletiram no processo migratório campo-cidade. E os fluxos migratórios intra e extra-regional só não foram mais intensos devido às divergências de características das qualificações das mãos-de-obras entre os dois setores.

As presenças das modalidades de trabalhadores volantes "rurbanos" e "itinerantes", com relativa expressividade dos primeiros, embora não se pudesse quantificar, os indivíduos 'itinerantes' não somente estiveram em processo de migração contínua de uma fazenda a outra (intra-regional) mas também em circulação dentro das áreas agrícolas do Estado de São Paulo e Norte do Paraná; exemplos deste fenômeno apareceram nos Municípios de Sandovalina e Estrela do Norte, onde estes apenas fixam residências.

Constatamos uma maior frequência da intermediação ("gato", "turmeiro") na modalidade de trabalhador volante "rurbano".

As políticas de aplicação de recursos financeiros (públicos) na implantação de infra-estruturas urbanas (água, energia, esgoto, pavimentação, paisagismo e mesmo de equipamentos institucionais) nos moldes como vêm sendo conduzidos, somente poderiam ter como produto final uma dupla injustiça social: a primeira, a um tempo como artifício de concentração de renda e como alijamento das classes operárias quanto ao acesso a estes benefícios ("expulsão" das áreas recém implantadas); a segunda, em se tratando de núcleos urbanos em estagnação ou em decadência como vem ocorrendo com grande parte das pequenas cidades em empobrecimento, as aplicações destes recursos poderão resultar em consequências irreparáveis, uma vez que as infra-estruturas concretizadas, certamente, tornar-se-ão ociosas com o processo de esvaziamento dos núcleos urbanos referenciados, enquanto que nas aglomerações metropolitanas, cada vez mais "inchadas", o custo social para cada emprego criado é elevado, o que impossibilita

bilita uma distribuição mais equitativa da infra - estrutura urbana. Em outras palavras, o migrante abandona uma infra-estrutura na sua área de origem passa a exigir uma outra no local de destino.

Aqui, o nosso recado destina-se aos organismos competentes para se repensar os atuais programas de cidades de porte pequeno, de modo a adotar uma política mais justa e mais coerente com as necessidades específicas de cada local, objetivando tanto promovê-lo como racionalizar a aplicação de recursos oriundos da relação Estado/cidadão.

Por fim, em razão da complexidade com que se caracteriza o tema em estudo, a exiguidade do tempo disponível (parcial) e duração de um ano para a consecução deste trabalho, muitos pontos ainda permaneceram obscuros para nós. Contudo, esperamos ter alcançado uma parcela significativa dos objetivos propostos contidos no projeto: "Um Ensaio sobre o esvaziamento da população numa área pioneira, Presidente Prudente e Região".



BIBLIOGRAFIA

- GALBRAITH, John K. A natureza da pobreza das massas. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979, p.124.
- MATTELART, Armand et Michèle. La problématique du Peuplement Latino-Américain, Paris - Ed. Universitaires, 1964 p. 114.